

684193178

31/março/2019

À: Planihold S.A.

At.: Sr. João Martinez Fortes Junior

Ref.: Relatório do Auditor Independente nº REL-0000/2019

Prezado senhor,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sa. as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 da Planihold S.A., acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Atenciosamente,

Jefferson Coelho Diniz
Sócio

Planihold S.A.

**Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente**

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	<u>3</u>
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 – 12º andar
Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil
T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:

Acionistas e Administradores da
Planihold S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Planihold S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Planihold S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2019

Jefferson Coelho Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-0

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Planihold S.A., com sede a Rua Tenente Negrão, 140, 5º andar – conjunto 51, Itaim Bibi – São Paulo – SP, tem por objeto social preponderante a participação em outras sociedades, compra e venda de ações e outros títulos e valores mobiliários.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas, resolução 1255/09 do Conselho federal de contabilidade (CFC).

b) 357 Declaração de concordância

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e autorizaram a sua emissão em 31 de março de 2019.

c) 357 Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são divulgadas em reais, exceto se indicado de outra forma.

d) 357 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas com base no uso de estimativas.

e) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira contínua pela Companhia e são baseadas em experiência histórica e novas informações. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.1. Sumário das principais práticas contábeis**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com vencimentos originais de até 90 dias, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até as datas dos balanços, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil.

b) ³⁵⁷Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são de origem de imposto de renda sobre as aplicações financeiras e os créditos estão sendo atualizados pela taxa Selic no qual estão sendo devidamente compensados.

c) ³⁵⁷Investimentos

Os investimentos em Empresas são registrados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das Empresas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no exercício ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. O efeito destas movimentações adiciona ou reduz o valor do investimento.

d) Obrigações tributárias

Composta substancialmente pelos impostos incidentes da atividade operacional desenvolvida, calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(1)** ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; **(2)** ativos financeiros mantidos até o vencimento e **(3)** empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros

1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo.

2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

3) Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

Imposto de renda pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240.000,00;

Contribuição social sobre o lucro líquido: à alíquota de 9%.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h) 360 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Dividendos

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

j) Resultados dos exercícios

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários oriundos de resgates de aplicações financeiras.

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos conta movimento	17.772	2.164
Aplicação financeira	381.629	360.533
Total	399.401	362.697

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em fundos de DI efetuados junto a instituições financeiras de primeira linha, remunerados a taxa que variam entre 6,46% em 2018 e 10,00% em 2017 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Impostos a recuperar

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ 2006 - saldo negativo	-	892
CSLL 2006 - saldo negativo	-	549
IRPJ 2009 - saldo negativo	1.507	1.457
IRPJ 2010 - saldo negativo	-	36.348
IRPJ 2013 - saldo negativo	22.650	21.716
IRPJ 2014 - saldo negativo	1.931	1.845
IRPJ 2016 - saldo negativo	14.575	13.786
CSSL 2014 - saldo negativo	396	379
IRPJ Antecipações 2018	524	-
CSLL Antecipações 2018	314	-
IRRF s/Aplicação Financeira 2018	61	-
(-) Provisão impostos prescritos	-	(1.441)
Total	41.958	75.532
Circulante	15.474	50.135
Não circulante	26.485	25.397

5. Dividendos a receber

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos a receber - 2006	50.935	50.935
Dividendos a receber - 2008	30.401	30.401
Dividendos a receber - 2009	21.286	21.286
Dividendos a receber - 2011	31.746	31.746
Total	134.368	134.368

Em decorrência da Companhia apresentar prejuízo acumulado de R\$ 5.784.512 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 5.266.370 em 2017), a Administração da Companhia reteve os dividendos constituídos em exercícios anteriores e somente passará a reconhecer os dividendos quando a Companhia apresentar reversa de lucros.

6. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

a) Composição

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Planibanc Participações S/A	2.967.382	3.038.561
Planibanc Investimentos S/A	14.130.692	14.580.872
Total	17.098.074	17.619.433

b) Movimentação

111 Empresa	2018			2017		
	% Particip	Investimentos	Equivalência	% Particip	Investimentos	Equivalência
Planibanc Participações	39,43%	2.967.382	567(7.178)	10939,43%	3.038.561	7.174
Planibanc Investimentos	100,00%	14.130.692	(450.180)	109100,00	14.580.872	195.155
Total		17.098.074	(457.358)		17.619.433	202.329

7. Partes relacionadas

Os montantes a pagar para as Companhias Planibanc Participações S.A e Planibanc Investimentos S.A, de R\$ 2.758 e R\$ 14.891, respectivamente, não estão sujeitos a incidência de juros e atualizações, bem como não possuem prazo de vencimento pré-estabelecido.

8. Capital social

O capital social, no montante de R\$ 23.440.469, pertence inteiramente a acionistas domiciliados no País e está representado, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, por 72.121.724 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

9. Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Refeições	(221)	(136)
Serviços de terceiros	(21.422)	(21.565)
Indedutíveis	(7)	(25.853)
Outros	(272)	-
Total	(21.922)	(47.554)

10. Receita financeira

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicação financeira	23.166	34.024
Outros descontos financeiros	1.449	19.002
Juros ativos	2.219	5.815
Total	26.834	58.841

11. Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável:

Conciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (LAIR)	(517.785)	211.610
105		
(+) Adições	578.309	95.139
(-) Exclusões	(58.392)	(290.616)
(-) Compensações	(640)	(4.840)
Base de cálculo	1.493	11.293
(x) Aplicação de alíquotas do IRPJ - 15% e da CSLL - 9%	(358)	(2.710)
(+) Parcela do adicional de imposto de renda de 10%	-	-
(=) Provisão para imposto de renda e contribuição social	(358)	(2.710)

12. Instrumentos financeiros

Os valores de mercados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, registrados em contas patrimoniais, não apresentam valores de mercado diferentes dos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

* * *